

**Procedimento concursal destinado à seleção e provimento do cargo de direção
intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Apoio Jurídico e à Administração Local, da
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I. P.**

Ata n.º 1

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu-se, através de videoconferência, o júri do procedimento concursal destinado à seleção e provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Apoio Jurídico e à Administração Local, previsto no Mapa de Pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I. P., designado por deliberação do Conselho Diretivo, de 23/12/2024, com a seguinte composição:

Presidente: Dr. Aníbal Sousa Reis Coelho da Costa, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I. P.

1.º Vocal: Dra. Elisabete Maria Viegas Frutuoso, Chefe de Divisão de Apoio Jurídico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P.

2.º Vocal: Mestre Antero de Figueiredo Marques Teixeira, Chefe de Gabinete do Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre

O júri reuniu-se com o objetivo de, nos termos do n.º 1 dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, doravante designada Estatuto do Pessoal Dirigente:

1. Definir o perfil pretendido para provimento do lugar a concurso;
2. Definir os métodos de seleção a aplicar e respetiva ponderação;
3. Fixar os fatores a avaliar em cada método de seleção e elaborar as respetivas grelhas de avaliação;
4. Definir a metodologia de seleção do/a candidato/a a propor para designação;
5. Estabelecer o cronograma para a realização do procedimento concursal.

Relativamente a cada um dos pontos da agenda da reunião, o Júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1. Definição do perfil pretendido para provimento do lugar a concurso

A. **Competências da Divisão de Apoio Jurídico e à Administração Local**, previstas no ponto 7.1 da Deliberação n.º 155/2024, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de janeiro:

- No âmbito do apoio interno aos serviços:

- a) Prestar apoio jurídico aos órgãos e demais serviços da CCDR Alentejo, I. P., através da elaboração de pareceres e informações, e proceder à identificação e análise de questões legais relacionadas com as suas atribuições e competências;
- b) Colaborar na elaboração de projetos de diplomas legais e de regulamentos e elaborar ou apreciar minutas de contratos, acordos, protocolos ou de quaisquer outros atos jurídicos, com exceção das matérias da competência da Divisão de Assuntos Jurídicos de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DAJADR);
- c) Colaborar na instrução de procedimentos de natureza disciplinar de acordo com a legislação aplicável;
- d) Assegurar o processo de criação, participação na criação, aquisição ou aumento de participação em entes de direito privado por parte da CCDR Alentejo, I. P., em situações excepcionais e quando, cumulativamente, seja fundamentadamente demonstrada a imprescindibilidade para a prossecução das suas atribuições e seja obtida

autorização prévia dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da coesão territorial, nos termos do previsto na lei-quadro dos institutos públicos;

e) Colaborar na realização de ações de esclarecimento jurídico aos trabalhadores da CCDR Alentejo, I. P. no âmbito das suas atribuições e competências.

- Em matéria de procedimentos contraordenacionais:

a) Proceder à instrução dos processos de contraordenação por infrações à legislação em vigor, nas matérias incluídas nas atribuições e competências da CCDR Alentejo, I. P., com exceção das relativas às matérias da competência da DAJADR;

b) Assegurar a análise das impugnações judiciais apresentadas das decisões dos processos de contraordenação;

c) Acompanhar os processos de impugnação judicial de decisões contraordenacionais previstos na alínea a);

d) Promover e acompanhar a execução de coimas aplicadas em processos de contraordenação;

e) Promover e acompanhar a execução fiscal de custas aplicadas em processos de contraordenação;

f) Assegurar emissão de certidões de dívida pelo não pagamento de coimas e custas aplicadas em processos de contraordenação;

g) Assegurar a emissão de certidões de cadastro ambiental relativo aos processos de contraordenação solicitadas pelos Tribunais.

- Em matéria de impugnações administrativas ou outras ações judiciais interpostas de atos administrativos praticados no âmbito do Programa Regional e da CCDR Alentejo, I. P., com exceção das matérias da competência da DAJADR:

a) Analisar reclamações administrativas;

b) Gerir os recursos administrativos em que a CCDR Alentejo, I. P., seja órgão recorrido e acompanhar os procedimentos decisórios tutelares;

c) Gerir as ações administrativas, providências cautelares ou ações judiciais decorrentes de atos administrativos praticados pela CCDR Alentejo, I. P.

- No âmbito do apoio jurídico à administração local:

a) Prestar apoio jurídico à administração local, através da elaboração de pareceres e informações, solicitados pelos presidentes dos órgãos da administração local direta, e indireta, bem como pela participação em reuniões e ações que visem o esclarecimento de matérias relacionadas com a interpretação do quadro legal aplicável à administração local;

b) Colaborar na avaliação da evolução do quadro legal e colaborar na elaboração de propostas de medidas e projetos legislativos relativos às temáticas da administração local autárquica, em articulação com a Direção-Geral das Autarquias Locais;

c) Promover a elaboração de estudos relativos à temática da administração local que contribuam, designadamente, para a transferência de novas competências para as autarquias locais e para o reforço da descentralização e prestar apoio na definição, criação e desenvolvimento das estruturas orgânicas das autarquias locais;

d) Colaborar com a Divisão de Cooperação com as Autarquias Locais na realização de ações de informação e de formação para os recursos humanos da administração local.

B. Perfil do/a dirigente a recrutar

1. De harmonia com o disposto no artigo 20.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, o/a dirigente a recrutar deverá:

- Ser titular de relação jurídica de emprego público, constituída por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou designação por tempo indeterminado;
- Possuir licenciatura;
- Ser dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo;
- Reunir quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

2. Tendo em atenção as competências da Unidade Orgânica, o/a dirigente a recrutar, para além de possuir licenciatura em Direito, deverá, ainda, ser detentor de:

- Sólida experiência na área funcional do cargo dirigente a concurso, que permita cumprir com elevado desempenho as competências que lhe serão cometidas;
- Capacidade para definir e desenvolver estratégias que permitam atingir os objetivos críticos da Unidade Orgânica e maximizar os seus resultados;
- Excelentes competências de gestão e direção de uma unidade orgânica;
- Comprovada capacidade para liderar, orientar e motivar equipas de trabalho;
- Excelente capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal;
- Capacidade para desenvolver e manter excelentes relações com as demais unidades orgânicas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I. P., bem como com os diferentes *stakeholders* externos.

2. Definição dos métodos de seleção a aplicar e respetiva ponderação

2.1. São estabelecidos como métodos de seleção a aplicar a Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista Pública (EP), que serão pontuados numa escala de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas, resultando a **Classificação Final** da soma das pontuações obtidas em cada um dos métodos de seleção, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Classificação Final (CF)} = \text{Avaliação Curricular (50\%)} + \text{Entrevista Pública (50\%)}$$

2.2. A falta de comparência ao método de seleção Entrevista Pública equivale à desistência do procedimento concursal.

3. Fixação dos fatores a avaliar em cada método de seleção e elaboração das respetivas grelhas de avaliação

3.1. Avaliação Curricular (AC)

3.1.1. Para avaliação do método de seleção **Avaliação Curricular (AC)**, serão consideradas a **Habilitação Literária (HL)**, a **Formação Profissional Relevante (FPR)**, a **Experiência Profissional Relevante (EPR)** e a **Experiência em Cargos Dirigentes (ECD)**.

3.1.2. Na Habilitação Literária, serão considerados o grau e área da habilitação académica detida;

3.1.3. Serão consideradas relevantes as ações de formação profissional e as pós-graduações relacionadas com a área funcional do cargo a prover ou relevantes para o exercício de cargo dirigente, realizadas nos últimos cinco anos, devidamente comprovadas.

3.1.4. Serão também considerados, independentemente da respetiva data de realização, os cursos de formação inicial e contínua para dirigentes, devidamente comprovados.

J
BH
F

3.1.5. Será considerada experiência profissional relevante o desempenho efetivo de funções em carreiras ou categorias, para as quais seja exigível uma licenciatura, na área funcional do cargo a prover ou em área funcional distinta.

3.1.6. Será considerado o exercício de cargos de direção, em regime de substituição ou de comissão de serviço, na área funcional do cargo a prover ou em área funcional distinta.

3.1.7. A pontuação final do método de seleção resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = (2 \text{ HL} + \text{FPR} + 2 \text{ EPR} + 2 \text{ ECD}) / 7$$

3.2. Entrevista Pública (EP)

3.2.1. Para avaliação do método de seleção **Entrevista Pública (EP)** serão considerados os seguintes fatores:

A. **Motivação Profissional (MP):** Reflexão sobre as funções e a forma como pensa desempenhar as mesmas, no contexto da organização, e sobre como o seu percurso profissional contribui para o desempenho das funções;

B. **Capacidade Técnica (CT):** Conhecimento, aptidão e competência técnica para o exercício das funções;

C. **Capacidade de Liderança (CL):** Visão da gestão de grupo e liderança de equipas, capacidade de decisão e resposta a dificuldades;

D. **Capacidade de Comunicação (CC):** Clareza e fluência do discurso, atendendo à objetividade, síntese e lógica do raciocínio;

E. **Sentido Crítico (SC):** Capacidade para formar opiniões próprias e defendê-las de forma coerente, capacidade de autoavaliação e de interrogação.

3.2.2. A pontuação final no método de seleção será obtida através da média aritmética simples da classificação obtidas nos citados fatores, expressa pela seguinte fórmula:

$$EP = (MP + CT + CL + CC + SC) / 5$$

3.3. A **Matriz de Avaliação das Candidaturas**, onde se encontram discriminadas as pontuações a atribuir aos fatores que integram cada método de seleção, consta em **Anexo I** à presente ata, que dela faz parte integrante.

3.4. A verificação dos requisitos de candidatura e admissão, bem como, caso aplicável, a classificação obtida pelo candidato/a nos métodos de seleção, será vertida na **Ficha de Análise da Candidatura**, conforme modelo constante do **Anexo II** da presente ata, que dela faz parte integrante.

3.5. Para registo das classificações atribuídas aos/às candidatos/as admitidos/as será utilizado o **Mapa Resumo das Classificações Obtidas**, constante do **Anexo III**, que é parte integrante da presente ata.

4. Definição da metodologia de seleção do/a candidato/a a propor para designação

4.1. Findo o procedimento, o Júri apresentará a proposta de designação, que deverá recair sobre o/a candidato/a que obtiver a pontuação mais alta na **Classificação Final**.

4.2. Nos termos previstos pelo n.º 6 do artigo 21º do Estatuto do Pessoal Dirigente, o Júri elabora a proposta de designação, com a indicação das razões por que a escolha recaiu no/a candidato/a proposto/a, abstendo-se de ordenar os/as restantes candidatos/as.

4.3. O júri pode considerar que nenhum dos/as candidatos/as reúne condições para ser designado/a.

4.4. Em caso de empate, serão considerados fatores prioritários para seleção do/a candidato/a escolhido/a, pela seguinte ordem:

- i) O/A candidato/a com a melhor pontuação na prova de **Entrevista Pública**.
- ii) O/A candidato/a com maior tempo de experiência no desempenho de cargo dirigente em área similar à área a concurso, nos últimos 10 anos.

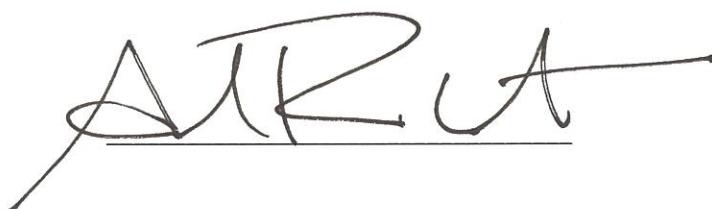
5. Estabelecimento do cronograma para a realização do procedimento concursal

- 5.1. No prazo de **15 dias úteis** após o termo do período de apresentação das candidaturas, o júri deverá:
- 5.1.1. Proceder à análise das candidaturas recebidas e deliberar sobre a exclusão das candidaturas que não reúnam os requisitos legalmente exigidos;
 - 5.1.2. Proceder à marcação das Entrevistas Públicas para as candidaturas que tenham sido admitidas.
- 5.2. No prazo de **15 dias úteis** após a realização das provas de Entrevista Pública, o Júri deverá apresentar ao Conselho Diretivo da CCDR Alentejo, I. P., a proposta de designação, com a indicação do/a candidato/a proposto/a, devidamente fundamentada com as razões que conduziram à referida escolha.

Nos termos do artigo 21.º, n.º 13, do Estatuto do Pessoal Dirigente, o procedimento concursal de seleção e provimento dos cargos de direção intermédia é urgente e de interesse público, não havendo lugar a audiência de interessados.

Nada mais havendo mais nada a tratar, foi dada por finda a reunião e lavrada a presente ata, constituída por 10 páginas, incluindo os respetivos anexos, que vai ser assinada pelos membros do júri.

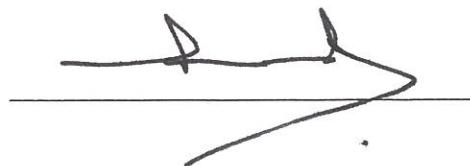
Presidente do Júri



1.º Vogal

2.º Vogal

Elisabete Tomé Viegas Tintosoy



Ata n.º 1
Anexo I
Matriz de Avaliação das Candidaturas

1. AVALIAÇÃO CURRICULAR		
FATOR	PONTUAÇÃO	
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS (HL)		
Licenciatura em Direito	16	
Sem Mestrado ou Doutoramento (Majoração)	0	
Mestrado (Majoração)	2	
Doutoramento (Majoração)	4	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL RELEVANTE (FPR)		
Até 35h	10	
Mais de 35h e até 70h	14	
Mais de 70h e até 100h	16	
Mais de 100h	18	
Sem SAD, FORGEP, CADAP ou CAGEP (Majoração)	0	
Com SAD, FORGEP, CADAP ou CAGEP (Majoração)	2	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL RELEVANTE (EPR):		
Experiência em área funcional distinta do cargo a prover	10	
Experiência na área funcional do cargo a prover até 3 anos	12	
Experiência na área funcional do cargo a prover de 3 a 6 anos	14	
Experiência na área funcional do cargo a prover de 6 a 9 anos	17	
Experiência na área funcional do cargo a prover superior a 9 anos	20	
EXPERIÊNCIA EM CARGOS DIRIGENTES (ECD)		
Sem experiência em cargos dirigentes	10	
Experiência em cargos dirigentes em área diversa do cargo a prover até 5 anos	12	
Experiência em cargos dirigentes em área diversa do cargo a prover entre 5 e 10 anos	13	
Experiência em cargos dirigentes em área diversa do cargo superior a 10 anos	14	
Experiência em cargos dirigentes na área do cargo a prover até 5 anos	14	
Experiência em cargos dirigentes na área do cargo a prover entre 5 e 10 anos	17	
Experiência em cargos dirigentes na área do cargo a prover superior a 10 anos	20	
2. ENTREVISTA PÚBLICA (Pontuação a aplicar a todos os fatores)		
PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	
Competência demonstrada a um nível elevado	20	
Competência demonstrada a um nível muito satisfatório	16	
Competência demonstrada a um nível satisfatório	12	
Competência demonstrada a um nível insatisfatório	8	
Competência não demonstrada	4	

Ata n.º 1
Anexo II
Ficha de Análise da Candidatura

DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO:

Procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Apoio Jurídico e à Administração Local, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

CÓDIGO DE OFERTA:

Nome do(a) Candidato(a):

I – ADMISSÃO

1.1 PRAZO

Data de publicitação na BEP

Data de conclusão do prazo de candidaturas

Data da candidatura

Conforme

1.2 ENTREGA DE DOCUMENTOS

Formulário de Candidatura

(Selecionar)

Curriculum vitae detalhado, datado e assinado

(Selecionar)

Cópia do certificado de habilitações

(Selecionar)

Cópias de certificados de formação

(Selecionar)

Declaração atualizada do serviço de origem

Decisão do Júri

1.3 VÍNCULO

Vínculo de emprego público por tempo indeterminado (LTFP)

(Selecionar)

Não Conforme

1.4 HABILITAÇÃO LITERÁRIA

Licenciatura (ou grau académico superior)

(Selecionar)

Não Conforme

1.5 TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PARA A QUAL SEJA EXIGÍVEL LICENCIATURA

(Em funções, cargos, carreiras ou categorias)

(Selecionar)

Não Conforme

DECISÃO DE ADMISSÃO

NÃO ADMITIDO

II - AVALIAÇÃO CURRICULAR

2.1. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS (HL)

Licenciatura:

	(Selecionar)
	(Selecionar)
	Pontuação HL:

2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL (FP)

Tem certificado de SAD, FORGEP, CAGEP, CADAP:

	(Selecionar)
	(Selecionar)
	Pontuação FP:

2.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP)

N.º de anos de exercício de funções na área funcional do cargo a prover

	(Selecionar)
	Pontuação EP:

2.4 EXPERIÊNCIA EM CARGOS DIRIGENTES (ECD)

N.º de anos de exercício de cargos dirigentes na área funcional do cargo a prover

	(Selecionar)
	Pontuação ECD:

2.5 CLASSIFICAÇÃO AVALIAÇÃO CURRICULAR

DECISÃO:

III - ENTREVISTA PÚBLICA

3.1 Motivação Profissional (MP):

Avalia a capacidade de reflexão e expressão relativamente às motivações do(a) candidato(a) para o exercício das funções e sobre a forma como pensa desempenhar o cargo no contexto da organização e como o seu percurso profissional contribui para o desempenho das funções.

Fundamentação:

	(Selecionar)
--	--------------

3.2 Capacidade Técnica (CT)

Avalia o conhecimento, a aptidão e a competência técnica demonstradas para o exercício das funções

(Selecionar)

Fundamentação:

3.3 Capacidade de Liderança (CL):

Avalia a visão do(a) candidato(a) relativamente à gestão de grupo e à liderança de equipas, à capacidade de decisão e de resposta a dificuldades.

(Selecionar)

Fundamentação:

3.4 Capacidade de comunicação (CC)

Avalia a clareza e fluência do discurso, atendendo à objetividade, síntese e lógico do raciocínio.

(Selecionar)

Fundamentação:

3.5 Sentido crítico (SC)

Avalia a capacidade de exprimir opiniões próprias e conseguir defendê-las de forma coerente, capacidade de autoavaliação e de interrogação.

(Selecionar)

Fundamentação:

3.6 CLASSIFICAÇÃO ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO

IV CLASSIFICAÇÃO FINAL



Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Alentejo,



REPÚBLICA
PORTUGUESA

COESÃO TERRITORIAL

Ata n.º 1

Magia Resumo das Classificações Obtidas